

Atuação da Área Industrial do BNDES na Região Norte: ações de fomento em torno das potencialidades locais

Flávia das Chagas Lacerda, Job Rodrigues Teixeira Junior,
Luis Otávio Reiff, Luiza Sidonio, Luciana Xavier de Lemos Capanema,
Mauricio dos Santos Neves e Ricardo Rivera de Sousa Lima

4

Atuação da Área Industrial do BNDES na Região Norte: ações de fomento em torno das potencialidades locais

FLÁVIA DAS CHAGAS LACERDA
JOB RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR
LUIS OTÁVIO REIFF
LUIZA SIDONIO
LUCIANA XAVIER DE LEMOS CAPANEMA
MAURICIO DOS SANTOS NEVES
RICARDO RIVERA DE SOUSA LIMA

RESUMO

Neste artigo, serão destacados alguns aspectos da crescente atuação da Área Industrial do BNDES na Região Norte. Optou-se por enfatizar a discussão prospectiva, uma vez que a elaboração de políticas de apoio ao desenvolvimento regional exige uma visão de futuro. O texto inclui temas que vão do setor eletrônico à preservação do patrimônio histórico, passando pela vocação inequívoca da Região Norte para a aquicultura, pela dinamização observada no setor de comércio e serviços e por investimentos realizados por setores tradicionais da indústria de transformação, seja em capacidade produtiva, seja em inovação, o que ilustra a diversidade que caracteriza o trabalho realizado pela Área Industrial.

ABSTRACT

In this article, some aspects of the increasing role of the BNDES Industrial Area in the Northeast Region are highlighted. We chose to emphasize the prospective discussion, since the design of policies to support regional development requires a vision of the future. The text includes topics ranging from electronic to cultural sector, including the unequivocal vocation of Northeast Region for aquaculture, the dynamics observed in the service sector and the investment by traditional sectors of manufacturing industry, whether in capacity productive, whether in innovation, illustrating the diversity that defines the work of the Industrial Division.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o território nacional em torno de ações para redução da desigualdade regional está no centro da estratégia corporativa do BNDES. O desdobramento da visão estratégica em objetivos, ações e políticas traz consigo o entendimento de que uma atuação mais pujante na Região Norte não pode prescindir de estruturação e articulação. Em uma decisão pseudo-dialética entre o atendimento da demanda por projetos de investimento que são apresentados espontaneamente ao BNDES ou o fomento de setores, empresas e projetos, cabe à Área Industrial (AI) optar por ambas as alternativas. No exercício desse duplo papel, a ênfase deve estar no fomento estruturado para

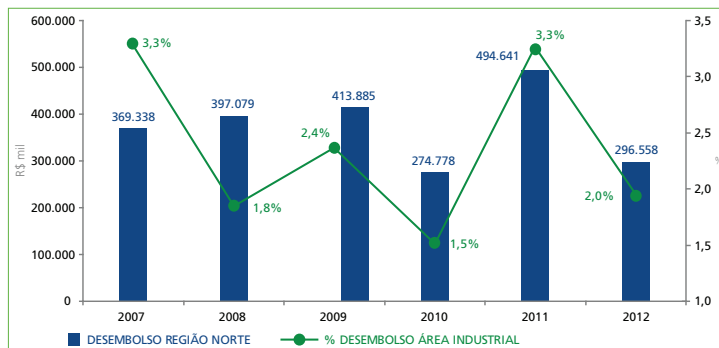
transformar potencialidades em desembolsos e investimentos de fato relevantes na Região Norte.

Nesse contexto, preliminarmente é importante entender que a natureza da Área Industrial do BNDES pode ser bem resumida pela palavra “diversificação”. São sete departamentos operacionais responsáveis por diversas cadeias produtivas que não se restringem à indústria de transformação: (i) agroindústria; (ii) biocombustíveis; (iii) bens de consumo, comércio e serviços; (iv) economia da cultura e turismo; (v) produtos intermediários, químicos e farmacêuticos; (vi) tecnologias da informação e telecomunicações; e (vii) indústria automotiva, aeroespacial, defesa e bens de capital. Além da diversificação setorial, lidar com clientes de todos os portes, operar um amplo conjunto de linhas e programas e participar da formulação e implementação de políticas públicas para os setores de sua abrangência são fatores que fazem a estratégia da área ter de considerar especificidades e dinâmicas distintas, oriundas de cada uma de suas partes. Tal lógica deve ser contemplada sem prejuízo a uma visão sistêmica agregada, pois é justamente a articulação entre segmentos e atores distintos que torna o trabalho desenvolvido na Área Industrial ainda mais nobre. Tal articulação não deve ficar circunscrita às fronteiras e ao plano de trabalho da própria área, uma vez que a ação multiáreas e multi-institucional é a mola propulsora que alavanca o potencial de geração de externalidades positivas.

Portanto, analisar a atuação da Área Industrial na Região Norte com apoio do indicador de desembolsos é tarefa que só pode ser realizada com complemento advindo de aspectos qualitativos orientando as conclusões. Mais do que isso, a visão prospectiva de como aprimorar tal desempenho, embora também seja fruto de um somatório de componentes, orienta-se pela estratégia corporativa e pende para o fomento estruturado, proativo, no qual as vocações regionais se somam a políticas públicas que criam e/ou reforçam as capacitações dos agentes locais, conforme será exposto na próxima seção.

Nesse contexto, a análise retrospectiva de desembolsos anuais (Gráfico 1) destaca-se pela ausência de trajetória definida e por sua variabilidade tanto em relação ao valor absoluto de desembolso da Área Industrial para a Região Norte quanto ao que isso representou no desembolso total da Área Industrial entre 2007 e 2012.

GRÁFICO 1 Desembolsos anuais da Área Industrial para a Região Norte (em R\$ mil e %)



Fonte: BNDES.

A despeito de uma aparente falta de tendência, o entendimento da estatística pelo desmembramento dos dados em componentes setoriais revela conclusões interessantes. Primeiramente, destaca-se que o segmento que concentra a maior parte do desembolso do gráfico anterior é o de telecomunicações (85,3% do valor acumulado de 2007 a 2012), no qual tanto a natureza do investimento como o método de registro nas bases de dados do BNDES dificultam melhor compreensão das possibilidades de ação de fomento regional. A maioria das operadoras de telecomunicações atuantes no Brasil financia recorrentemente uma parte de seus planos trienais de investimento no BNDES, com

objetivo de suportar suas estratégias corporativas e atender às demandas regulatórias. O registro da distribuição desses vultosos investimentos pelos estados do território nacional é oriundo de aproximações que podem ter alguma imprecisão quanto à alocação espacial. Mesmo se tal imprecisão for considerada desprezível, o BNDES conta com pouca influência na distribuição de CAPEX para uma determinada região, cabendo ao Banco um papel indutor para que o plano das operadoras maximize a aquisição de equipamentos nacionais, sobretudo com tecnologia nacional embarcada.

No setor de telecomunicações destaca-se a construção do *backbone* de fibra ótica na Amazônia. Atualmente, a conexão é atendida por meio de satélites em bandas C e Ku, com velocidades reduzidas (até 3 Mbps) e preços elevados (até R\$ 3 mil/Mbps). Com a entrada de novos satélites em banda Ka e construção do “linhão” de fibra, aumentará a qualidade do sinal disponível para a região, além de reduzirem-se os custos de acesso. A previsão é de que a velocidade de transmissão aumente em pelo menos vinte vezes, podendo aumentar até em cem vezes. Os preços devem cair ainda mais. A expectativa é de que 10 Mbps sejam vendidos por R\$ 80, ou seja, R\$ 8/Mbps, uma queda de 375 vezes (3.000/8).

A nova rota Belém-Manaus, composta por uma tecnologia em que o cabo de fibras óticas utiliza as torres das linhas de transmissão de energia elétrica como suporte e mais 22 retransmissores, passando por três estados (Pará, Amazonas e Amapá) e 27 municípios, consumiu investimentos totais (obras e equipamentos) superiores a R\$ 450 milhões em dois anos. Com esse projeto, será possível lançar a rede 4G em Manaus (cidade-sede da Copa 2014) até dezembro de 2013, prazo legal. O projeto resultará em um grande salto na estabilidade dos serviços, confiabilidade de rede, maior capacidade de tráfego de voz e dados, maior velocidade de transmissão

óptica e queda de preços. Note-se que, embora parte desse investimento seja financiada pelo BNDES, o edital de licitação da frequência da Anatel é o maior vetor de indução. O Banco continuará apoiando os projetos na região, visto que há muitos investimentos em fibra óptica e satélites a serem feitos, porém, com baixo poder de indução.

Portanto, elaborar uma visão excluindo os desembolsos para as operadoras de telecomunicações é mais interessante para o aprofundamento da análise, conforme disposto na Tabela 1 e no Gráfico 2.

TABELA 1 Desembolsos anuais da Área Industrial para a Região Norte, excluindo telecomunicações (em R\$ mil)

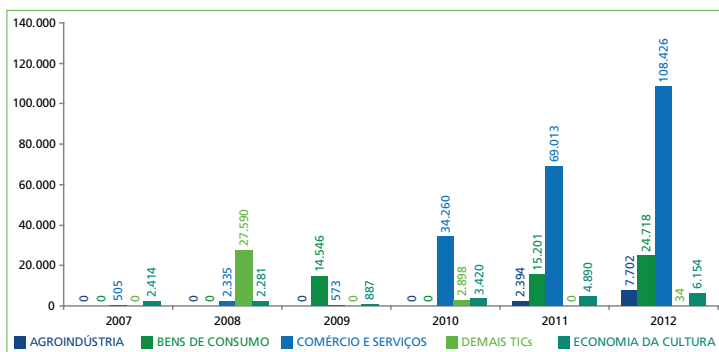
Setor	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agroindústria	0	0	0	0	2.394	7.702
Bens de consumo	0	0	14.546	0	15.201	24.718
Comércio e serviços	505	2.335	573	34.260	69.013	108.426
Demais TIC*	0	27.590	0	2.898	0	34
Economia da cultura	2.414	2.281	887	3.420	4.890	6.154
Total (sem telecomunicações)	2.920	32.205	16.006	40.578	91.498	147.034

Fonte: BNDES.

* Bens eletrônicos de consumo, informática, automação, equipamentos de telecomunicações, componentes eletrônicos (microeletrônica e *displays*) e *softwares* e serviços de tecnologia da informação (TI).

A visão da série histórica de desembolsos para outros segmentos, que não telecomunicações, permite maior clareza quanto aos setores nos quais a dinâmica de desenvolvimento foi apoiada pela Área Industrial, buscando-se ampliar as ações na Região Norte. É possível concluir, por exemplo, que o segmento de comércio e serviços ocupa parcela relevante e crescente no desembolso para a região. A indústria de bens de consumo, por sua vez, encontra no segmento de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC) o alinhamento entre estratégias empresariais, desenvolvimento de produtos e vocações regionais oriundas da biodiversidade local. Esse conjunto de setores será detalhado no item “Bens de consumo, comércio e serviços”.

GRÁFICO 2 Desembolsos anuais da Área Industrial para a Região Norte, excluindo telecomunicações (em R\$ mil)



Fonte: BNDES.

Em relação à agroindústria, julgam os autores deste artigo que o desembolso retrospectivo está aquém de seu potencial, o que abre espaço para estruturação de políticas de fomento, tal como será explicado no item “O potencial da aquicultura”, que diz respeito ao apoio do BNDES para estruturação do setor de aquicultura, atividade natural para a Região Norte.

A parcela de tecnologias de informação e comunicação (TIC) excluindo telecomunicações tem importância ímpar por seu alinhamento com a principal política pública da região: o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (ZFM), seus desdobramentos industriais na área de abrangência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e as capacitações tecnológicas adquiridas. Com vistas a isso, entender a natureza de tais investimentos e sua inserção no planejamento setorial e regional é a chave para uma análise que crie visão propositiva sobre a questão, conforme será mostrado no item “Oportunidades no setor eletrônico: adensamento produtivo e tecnológico”.

Por fim, os valores desembolsados no segmento de economia da cultura também merecem destaque qualitativo, por serem, em parte, oriundos de atividades para preservação do patrimônio histórico e restauração de acervos. Mais do que intervenções isoladas, a estratégia de tais ações integra a visão que norteou a inserção do departamento economia da cultura na Área Industrial: ampliação do foco de atuação para o estímulo ao desenvolvimento econômico e social induzido pelas ações de preservação do patrimônio cultural. Tal enfoque, em linha com as recomendações mais atuais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e considerando a interface com a base conceitual do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, orientou a reformulação do regulamento do BNDES para apoio ao setor, criando o conceito de perímetro integrado, tal como será exposto no item “Alinhamento entre o PAC Cidades Históricas e a estratégia de atuação em perímetros: o caso da cidade de Belterra”.

Com base na análise desses dados retrospectivos, a Área Industrial vai olhar para frente, detalhando não apenas oportunidades presentes na carteira de projetos, mas principalmente aquelas que demandam maior prazo para materialização, têm natureza mais complexa e necessitam de articulação entre um conjunto de atores e políticas públicas. Portanto, são oportunidades que pendem a balança da atuação prospectiva da Área Industrial para o lado proativo do fomento estruturado.

VISÃO PROSPECTIVA DE ATUAÇÃO: OPORTUNIDADES DE FOMENTO ESTRUTURADO

Bens de consumo, comércio e serviços

É consenso que a evolução recente da economia brasileira vem gerando boas oportunidades de investimento para empresas do setor terciário. No caso específico da Região Norte, o exame de

algumas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica possibilidades ainda melhores, algo que já se reflete nos dados de desembolsos.

Comércio e serviços mostram-se especialmente correlacionados com o avanço da população urbana, com a expansão do consumo das famílias e com o crescimento da renda dos segmentos altos e médios das classes de consumo. No caso da Região Norte, todas essas variáveis apresentaram comportamento favorável nos últimos anos.

O censo demográfico aponta um crescimento de 16,8% na população urbana do Brasil entre 2000 e 2010 (enquanto a população rural caiu 6,3%). No caso da Região Norte, essa expansão foi de 29,6%, quase o dobro da média brasileira (a população rural cresceu 8%). Esse fenômeno ocorreu em todas as unidades federativas da região, uma vez que o crescimento da população urbana foi no mínimo igual a 26,1% (Pará), chegando a 41,9% (Amapá) ou mesmo a 43,9% (Acre). A Região Norte, portanto, viveu uma década de intensificação de seu processo de urbanização, o que tende a favorecer empreendimentos como construção de *shopping centers* e abertura ou modernização de lojas do comércio varejista.

Nas áreas urbanas da Região Norte, houve crescimento da população dos segmentos altos e médios das classes de consumo ao longo da última década: dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostram que, mesmo em um contexto de grande recuperação do salário mínimo, a população economicamente ativa com rendimento de pelo menos três salários mínimos cresceu 1% entre 2001 e 2011 nas áreas urbanas da Região Norte, enquanto no Brasil houve queda de 14%. Além disso, o conjunto de trabalhadores com algum rendimento cresceu mais na Região Norte (52%) do que na média nacional (33%).

O crescimento do consumo das famílias, uma das principais características da economia brasileira na década de 2000, também

mostra cifras ainda mais expressivas no caso da Região Norte: segundo dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares do IBGE (POF-IBGE) de 2002-2003 e de 2008-2009, as despesas totais dos domicílios obtiveram um aumento nominal de 48% para o Brasil e de 55% para a Região Norte (com destaque para Pará, com 60%; Tocantins, com 62%; Acre, com 63%; e Amapá, com 74%).

A conjugação de todos esses fatores abre grandes perspectivas para que empresas de comércio e serviços invistam na Região Norte. Dados referentes às operações realizadas pelas equipes da Área Industrial do BNDES mostram a evolução da atuação do Banco na Região Norte, já refletindo a boa evolução desses setores, conforme aponta a Tabela 2, referente a desembolsos para comércio e alguns segmentos do setor de serviços em dois quadriênios (2005-2008 e 2009-2012).

TABELA 2 Desembolsos da Área Industrial para segmentos de comércio e serviços na Região Norte (em R\$) – 2005-2008 e 2009-2012

UF	Quadriênios	
	2005-2008	2009-2012
Acre	138.324	113.009
Amazonas	5.317.631	82.212.497
Pará	1.991.401	35.173.712

Fonte: BNDES.

A expansão das operações da Área Industrial e os indicadores favoráveis mostrados pelos dados do IBGE apontam um extraordinário potencial para investimentos na Região Norte por empresas do setor de comércio e serviços, o que levou o Departamento de Bens de Consumo, Comércio e Serviços da Área Industrial a vir incluindo a região em seus planos de fomento, em seus estudos e em suas propostas de política.

No caso dos bens de consumo, a economia da Região Norte ainda é marcada por forte concentração da indústria de transformação em poucos setores e poucas unidades da federação. Dados da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa), rea-

lizada pelo IBGE, para o ano de 2010 revelam que 60% do Valor da Transformação Industrial (VTI) da região foi referente a apenas três setores (alimentos, com 24,9% do total da indústria de transformação; produtos de metal – exceto máquinas e equipamentos, com 22,9%; e veículos automotores, com 12,2%) e que três estados responderam por 97% desse valor (Amazonas, com 76,5%; Pará, com 15,1%; e Rondônia, com 5,6%). O Gráfico 3 apresenta os dados setoriais da PIA-Empresa.

GRÁFICO 3 Distribuição setorial do VTI na Região Norte (PIA-Empresa 2010)



Fonte: IBGE.

O quadro registrado pelo IBGE em 2010 mostra que o potencial da Região Norte encontra-se longe de ser plenamente aproveitado. O segmento de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC), por exemplo, insere-se na ampla Divisão 20 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) – produtos químicos –, que respondeu por apenas 0,8% do VTI da região. Esse modesto percentual confronta as oportunidades oferecidas pela biodiversidade amazônica, em especial quando se observa que o Brasil é o terceiro maior mercado de HPPC do mundo, atrás dos Estados Unidos da América (EUA) e quase alcançando o Japão. A Natura, empresa brasileira do setor de

HPPC cuja Receita Líquida de 2012 ultrapassou os R\$ 6,3 bilhões, obteve do BNDES em 2012 aprovação para um pleito de apoio financeiro à construção de seu Ecoparque, que contempla, entre outras iniciativas, uma unidade de produção de sabonetes e uma planta-piloto de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Alguns setores mais tradicionais mostram certa presença na economia da região, como o metalúrgico (8% do VTI local em 2010), o moveleiro (3%) e o de produtos de borracha e de plástico (2%), ao passo que outros podem ser considerados inexistentes, como o têxtil (0,2%) e o de artigos de vestuário e acessórios (0,1%). Há ainda casos intermediários, como o calçadista (menos de 0,4%) e o de bebidas (0,7%). Em muitos desses setores, a localização da indústria tende a ser próxima dos grandes centros consumidores. Nesse caso, a recente aceleração da urbanização observada na Região Norte, ao lado do crescimento populacional e da expansão do consumo, podem provocar um ciclo de investimentos, invertendo, talvez como uma expressão do sucesso das políticas para a região, a lógica original da implantação da indústria nortista, quando se buscava a produção de artigos de alto valor agregado para suprimento da demanda no Sul e no Sudeste. O setor de bebidas ilustra esse movimento. Grandes fabricantes de cervejas e refrigerantes têm obtido apoio do BNDES para projetos que incluem investimentos em capacidade fabril na região.

Em resumo, a população cada vez maior, mais urbana e de maior poder aquisitivo, além de aspectos únicos locais, como a biodiversidade, cria um cenário no qual o fomento a projetos dos setores de bens de consumo, comércio e serviços dispõe de boas condições para se materializar.

O potencial da aquicultura

O setor agroindustrial brasileiro desempenha importante papel para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional: em 2011, foi responsável por aproximadamente 22% de toda a riqueza gerada

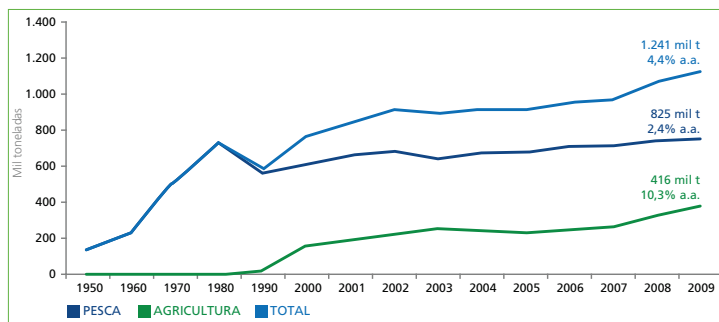
no país [Cepea (2012)]. Além de tecnologias agrícolas e de vasta quantidade de terras férteis, aproveitadas pela agricultura e pela pecuária, o Brasil também conta com a maior reserva de água doce do mundo e um litoral com 7,4 mil km de extensão, segundo dados disponíveis no *síte* do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). No entanto, apesar de seu grande potencial hídrico, do clima propício ao crescimento de organismos aquáticos e da diversidade de espécies existentes no país, esses recursos vêm sendo pouco explorados para a produção aquícola.

Nota-se, por meio de análise da demanda global, que, desde os anos 2000, o consumo de pescado cresceu bastante, em virtude, principalmente, do aumento da procura por alimentos mais saudáveis, incremento populacional e melhora na renda dos países emergentes. Enquanto os pescados são a carne mais consumida no mundo (cerca de 18 kg/hab/ano), no Brasil o maior consumo é de carne de frango (40,8 kg/hab/ano) e bovina (32 kg/hab/ano). Contudo, houve grande elevação na demanda nacional de pescados, de 6,5 kg/hab/ano, em 2003, para 9,75 kg/hab/ano, em 2010, equivalendo a um crescimento anual médio superior a 7% [MPA (2012)].

Quanto à origem do pescado consumido no mercado global, observa-se, desde 2000, a redução da prática da pesca, refletida na estagnação dos volumes de pescados capturados em torno de noventa milhões de toneladas. Com o aumento do consumo desse tipo de carne, a aquicultura tem sido responsável por suprir a demanda não atendida pela pesca.¹ No Brasil, a situação é semelhante: a pesca está praticamente estagnada, ao passo que a aquicultura vem crescendo a taxas superiores a 10% a.a. entre 2000 e 2009, conforme mostra o Gráfico 4.

¹ Enquanto a pesca é a captura de organismos aquáticos da natureza sem prévio cultivo, a aquicultura é o cultivo em cativeiro de organismos predominantemente aquáticos, como peixes, camarões, algas, entre outras espécies.

GRÁFICO 4 Produção brasileira de pescados: volumes anuais e crescimento – 1950-2009



Fonte: MPA.

A despeito de um consumo brasileiro de pescados baixo se comparado à média mundial, a oferta nacional não tem sido capaz de suprir a demanda, e as importações vêm aumentando consideravelmente, atingindo déficit na balança comercial de cerca de R\$ 1 bilhão em 2012, segundo dados do AliceWeb.

Por se tratar de uma atividade nascente, o setor produtivo aquícola ainda é muito diverso e fragmentado, não havendo grandes empresas consolidadas. Do ponto de vista financeiro, vale destacar que as margens de lucro e as taxas de crescimento da demanda são atrativas se comparadas a outras carnes.

Em suma, a tendência de estagnação da oferta via pesca, o crescimento expressivo da demanda, as boas margens de lucro, o mercado não consolidado com oportunidade de entrada de novas empresas e as condições geográficas e climáticas favoráveis ao cultivo de pescados no Brasil configuram uma janela de oportunidade nos próximos anos.

Por se tratar de um país com dimensões continentais, as regiões brasileiras apresentam características específicas que as

qualificam à produção de diferentes espécies aquáticas. A Região Norte, que já tem tradição no consumo e na produção de peixes, pode desempenhar um importante papel no processo de desenvolvimento da aquicultura brasileira.

O Norte conta com a maior disponibilidade de água doce nacional, com rios e lagos em abundância, e grande diversidade de espécies de peixes. É o terceiro maior produtor de pescados do Brasil, com 21,7% da produção, atrás do Nordeste e do Sul, com respectivamente 32,5% e 24,6% em 2010. Apesar de a produção não refletir todo o potencial da região, seu volume é expressivo e representa geração de emprego e renda para a população local. O Pará é o estado com a segunda maior produção de pescados do Brasil: 143.078 toneladas. O Acre, apesar da baixa produção (aproximadamente seis mil toneladas), foi o segundo estado cuja produção mais cresceu: 17,8% em relação ao ano de 2009 [MPA (2012)].

A pesca ainda tem participação de 85% na produção de pescados do Norte, contudo, está quase estagnada: entre 2009 e 2010 houve um aumento de apenas 1% nos volumes pescados, diante de 16% na produção aquícola. Dos 853 mil pescadores registrados no Brasil em 2010, cerca de 40% residem no Norte do país [MPA (2012)]. Nesse cenário, a aquicultura torna-se uma importante alternativa de renda para essa população.

A Região Norte é a maior consumidora *per capita* de pescados. Os dados da POF² exibidos na Tabela 3 permitem comparar o consumo de pescados entre os diversos estados brasileiros. Na Região Norte, são consumidos 17,54 kg/hab/ano, com destaque para o estado do Amazonas, que tem o maior consumo domiciliar *per capita*: 30 kg/hab/ano, enquanto a média nacional ficou em 4 kg/hab/ano.

A Região Norte apresenta uma diversidade de peixes com grande potencial tecnológico e comercial a ser desenvolvido.

² Como não há estatísticas oficiais sobre o consumo de pescados por estado brasileiro, a POF foi utilizada como *proxy*, apenas para fins de comparação. Vale lembrar que essa pesquisa retrata apenas o consumo domiciliar, não incluindo o consumo em restaurantes.

Dentre eles, merece destaque o tambaqui, terceiro de maior produção aquícola no país, atrás da tilápia e da carpa. Entre 2008 e 2010, o cultivo de tambaqui aumentou aproximadamente 40%, reflexo da maior importância que a produção e o consumo dessa espécie vêm adquirindo. Outro peixe com grande potencial é o pirarucu, também típico do Norte, de carne branca e macia, que é anunciado como o bacalhau brasileiro e chega a engordar 12 kg por ano. Apesar de ter um ciclo produtivo mais longo, seus índices de conversão alimentar e aproveitamento de carne são bons. Ambas as espécies requerem maiores investimentos em desenvolvimento tecnológico, como melhoramento genético, reprodução, nutrição e sanidade. Por se tratar de um segmento nascente, os ganhos tecnológicos advindos da pesquisa dessas espécies são substanciais, representando grandes saltos de produtividade.

TABELA 3 Aquisição de pescados *per capita* anual (em kg)

Região Norte	17,544	Região Sudeste	2,064	Região Nordeste	4,965
Rondônia	3,524	Minas Gerais	1,385	Maranhão	10,61
Acre	10,686	Espírito Santo	2,348	Piauí	4,796
Amazonas	30,009	Rio de Janeiro	3,437	Ceará	5,465
Roraima	8,626	São Paulo	1,844	Rio Grande do Norte	5,736
Pará	18,695			Paraíba	3,293
Amapá	15,312	Região Centro-Oeste	1,619	Pernambuco	3,292
Tocantins	2,395	Mato Grosso do Sul	1,631	Alagoas	3,87
Região Sul	1,597	Mato Grosso	1,529	Sergipe	5,973
Paraná	1,383	Goiás	1,235	Bahia	3,6
Santa Catarina	1,967	Distrito Federal	2,608	Brasil	4,032
Rio Grande do Sul	1,598				

Fonte: IBGE.

Em suma, a Região Norte do país, com sua abundância de água doce, clima propício ao cultivo de organismos aquáticos, grande diversidade de espécies e o maior consumo *per capita* brasileiro de pescados, dispõe de grande potencial para a prática aquícola. Dada a já citada estagnação da pesca, a aquicultura também pode se tornar uma importante alternativa de emprego e renda para o grande contingente de pescadores existente na região.

Nesse contexto, em 2011, o BNDES e o MPA assinaram um termo de cooperação para juntos envidarem esforços no desenvolvimento da pesca e da aquicultura brasileiras. Estudos realizados sobre o setor permitiram que o Banco identificasse o potencial de desenvolvimento da atividade no país: setor nascente com margens atrativas, empresas globais ainda não consolidadas e demanda crescente, o que representa uma janela de oportunidade para o Brasil.

Na realização dos estudos, constatou-se também que todas as experiências aquícolas internacionais bem-sucedidas foram estruturadas pelo Estado. Com base nas particularidades do setor, foi criado o programa BNDES Proaquicultura, com condições customizadas às necessidades da aquicultura, como: facilidade de acesso ao crédito, capital de giro e garantias flexibilizadas. O programa criado atende a todo o Brasil, e não apenas ao Norte do país, mas é grande o potencial de sua aplicação na região, o que ensejará para a equipe da Área Industrial uma forte atuação no fomento a projetos, seja com visitas à região, seja por estabelecimento de parcerias.

Essa ação do BNDES soma-se à atuação do governo brasileiro, por meio de suas diversas instituições e sob a coordenação do MPA. Espera-se que esse conjunto de esforços traduza-se no efetivo desenvolvimento da aquicultura no Brasil, sendo tal janela de oportunidade efetivamente aproveitada pela Região Norte.

Oportunidades no setor eletrônico: adensamento produtivo e tecnológico

O complexo industrial eletroeletrônico, também referenciado modernamente, em virtude da convergência tecnológica entre seus diversos segmentos, como TIC, é uma indústria central para o desenvolvimento sustentado de qualquer região. Cada vez mais presente na vida das pessoas e nos mais diversos complexos industriais da economia, as TIC estiveram entre as prioridades nos principais planos de desenvolvimento dos anos 1950 até os dias de hoje, em países como EUA, Alemanha, França, Japão,

Coreia do Sul e China e regiões como a Região Amazônica e o estado do Texas, nos EUA. Conhecido por sua produção e indústrias de petróleo e química, esse estado tornou-se o maior exportador de eletrônicos de seu país, em 2012, o segundo em emprego e o terceiro colocado no PIB do setor, historicamente liderado pela produção da Califórnia (Vale do Silício).³

Historicamente, os líderes em TIC começaram com a atividade básica da manufatura. É esse o caso tanto dos pioneiros (EUA, Europa e Japão) como dos novos líderes (Coreia do Sul e China). Sobretudo em regiões/países retardatários (*late comers*), a atividade de manufatura é fundamental para que as empresas adicionem conhecimento (tácito e codificado) e consigam ganhar patamares mais elevados na agregação de valor.

O setor de TIC na Região Norte confunde-se com a ZFM e seu Polo Industrial de Manaus (PIM), com vendas de US\$ 17,6 bilhões em 2012, mais de cinquenta mil empregos gerados e cerca de 120 empresas. O PIM tem o domínio da manufatura há anos e um entorno industrial com uma densidade considerável, produzindo mais de 14 milhões de televisores, dos quais 12,8 milhões com tela LCD, que representam 100% da produção nacional. São 25,5 milhões de celulares, com uma receita de US\$ 2,4 bilhões, representando mais de 50% da produção brasileira.

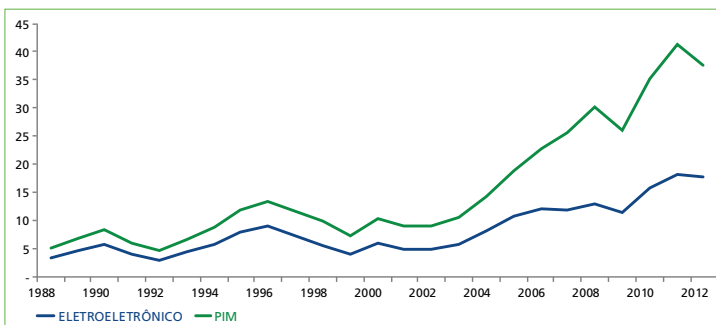
A ZFM abriga majoritariamente bens de eletrônica de consumo, com pequena participação de bens de informática, automação e equipamentos de telecomunicações. O diagnóstico continua basicamente o mesmo de vinte anos atrás, qual seja: (i) produção quase exclusiva para o mercado interno; (ii) concentração da produção em poucas empresas e grau de liderança bem estabelecido;

³ No Texas, o setor de TIC emprega 96 mil pessoas espalhadas em 1,1 mil empresas, sem contar as 6,8 mil empresas de *software* com seus mais de 58 mil empregados e o setor de comércio (765 empresas e 41 mil empregos). O Texas gerou um PIB de US\$ 24 bilhões (2010) e US\$ 42 bilhões de exportações (2012). Trata-se de uma plataforma exportadora, com expressiva diversificação em TIC – semicondutores, informática, equipamentos de comunicações, automação industrial e instrumentos eletrônicos (desde equipamentos médicos a instrumentos de navegação). Ver documento completo em The Texas Electronics Industry Report 2013. Disponível em: <http://governor.state.tx.us/files/ecodev/Texas_Electronics_Report.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2013.

(iii) convivência de empresas nacionais, *joint-ventures* e empresas estrangeiras, com forte dependência de tecnologia externa; e (iv) estrutura de oferta das indústrias internacionais, sendo estas líderes (Samsung, LG, Sony etc.) [Baptista (1993)].

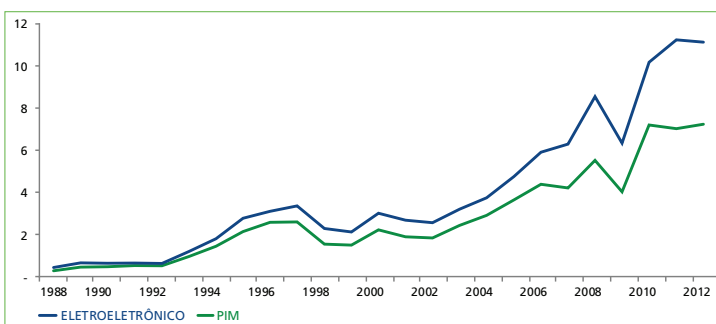
GRÁFICO 5 Evolução do complexo eletroeletrônico no PIM – 1988-2012

GRÁFICO 5A Faturamento (em US\$ bilhões)



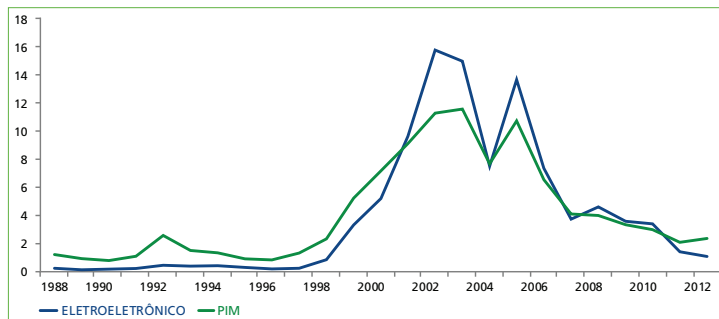
Fonte: Elaboração própria, com base em Suframa.

GRÁFICO 5B Importações (em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria, com base em Suframa.

GRÁFICO 5C Exportação (em % do faturamento exportado)



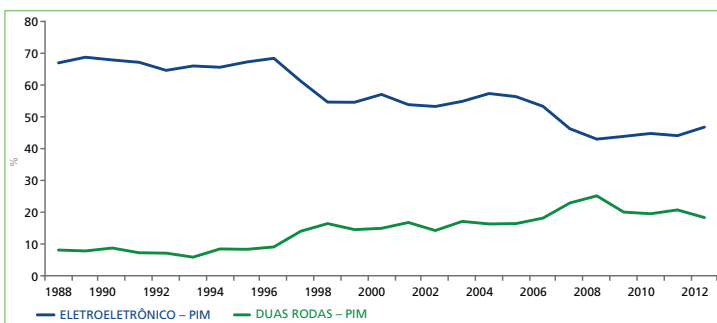
Fonte: Elaboração própria, com base em Suframa.

Esse quadro conduz a um déficit comercial externo do setor eletroeletrônico no PIM superior a US\$ 7 bilhões e a um superávit interno de US\$ 15,4 bilhões (Gráfico 5). O PIM é responsável por 25% do total das importações brasileiras de bens eletrônicos e apenas 4% do total de exportações. São US\$ 3 bilhões de *displays* e peças para televisores importados, US\$ 1,2 bilhão de circuitos integrados e US\$ 630 milhões de partes e peças para equipamentos de telecomunicações, como telefones celulares e receptores de sinal. Esses três itens correspondem aproximadamente a 74% das importações de TIC, que estão concentradas em três países: China (47%), Coreia de Sul (25%) e Taiwan (7%), de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Com faturamento crescente ao longo do tempo, o PIM vem diversificando suas fontes de receita para outros setores. A participação do setor eletroeletrônico, que era de 70%, em 1988, hoje é inferior a 50%. Entretanto, as importações respondem por cerca de 65% do total, e as exportações por menos de 2% do total produzido localmente.

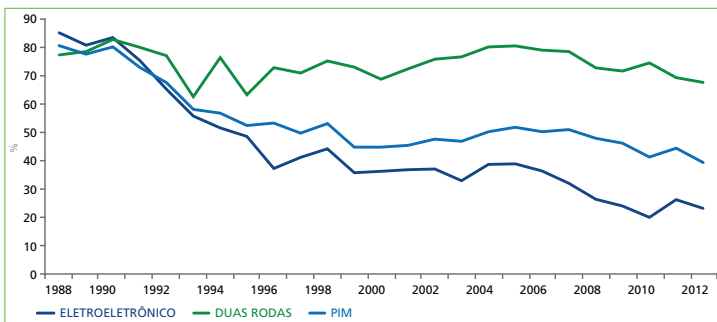
GRÁFICO 6 Comparativo dos setores eletroeletrônico e duas rodas no PIM – 1988-2012

GRÁFICO 6A Participação no faturamento do PIM



Fonte: Elaboração própria, com base em Suframa.

GRÁFICO 6B Aquisição de insumos locais



Fonte: Elaboração própria, com base em Suframa.

Pelo grande peso que representa no setor de TIC, a ZFM reflete a perda de competitividade do país no setor, tendo, no decorrer de tempo, diversificado a produção para outros setores. Percebe-se, no Gráfico 6, que a participação da cadeia de duas rodas vem crescendo e consegue, comparativamente, gerar um

adensamento produtivo superior ao da cadeia de eletroeletrônicos, com claro viés de decréscimo. Atualmente, cerca de 20% dos insumos utilizados na produção de TIC são adquiridos no país.

Outro dado interessante: a média salarial (incluindo encargos) no setor de duas rodas em 2012 foi de US\$ 2.415, contra US\$ 1.640 para a cadeia eletroeletrônica, com frequência associada a processos mais complexos de manufatura. Esses dados demonstram o quanto a agregação de valor local na cadeia eletroeletrônica está muito aquém do originariamente concebido para a ZFM.

Parte significativa do problema da Amazônia está imbricada às questões do setor em nível nacional – notadamente: a não existência de produção de microeletrônica e *displays*, uma cadeia produtiva fragmentada e a perda de competitividade em bens finais. A escala de produção e a necessidade de investimentos nesses insumos aumentam a cada ano, concentrando-se em poucos *players* globais e exigindo condições sofisticadas de mão de obra, logística, energia, água, entre outras, para viabilizar sua produção. Esta última parte do problema é mais sensível na Amazônia, agravada ainda pelo distanciamento local das indústrias consumidoras de TIC (automobilística, aeroespacial e defesa, petróleo e gás etc.).

A saída para o quadro de redução de adensamento local em TIC passa necessariamente pelo investimento em atividades inovadoras e tecnologias emergentes. O caso do Centro de Ciência e Tecnologia do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM) é um bom exemplo. Em 2001, a Suframa contratou um estudo à Fundação Certi (SC) para elaborar uma avaliação sobre como a região deveria se posicionar para superar seus gargalos tecnológicos e antecipar futuras demandas decorrentes de tendências tecnológicas. A fase inicial do estudo foi concluída, culminando com a criação desse centro.⁴

⁴ O relatório está disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_proj_sctipim.cfm>. Acesso em: 8 mai. 2013.

O CT-PIM é uma das *design houses* (DH) do programa CI Brasil. Além da elaboração de projetos, eles possuem um laboratório de validação de dispositivos eletrônicos na área de áudio e vídeo, desenvolvem diversos serviços técnicos, executam P&D em TIC, além de contarem com uma excelente equipe de projetistas. Em 2006, realizou-se a primeira validação de *chip* no Brasil, em parceria com a Philips, o qual hoje está embarcado em grande parte dos televisores analógicos comercializados no mundo. Com a realocização industrial da Philips, o CT-PIM passou a dar suporte para América Latina e para as demais empresas do polo, não realizando o *upgrade* de seu laboratório para a televisão digital. A dependência dos centros decisórios localizados no exterior é um dos gargalos a serem solucionados.

Como, então, massificar, expandir e aprimorar as ações tomadas no caso do CT-PIM?⁵ Como toda política de inovação, é relevante constituir uma fonte estável de recursos para formação de pessoas e incentivo ao desenvolvimento local de tecnologia. Deve haver apoio à formação de *startups*, atração de centros de P&D, DH, infraestrutura de laboratórios e de prototipagem, formação de mão de obra etc.

Cabe lembrar que o BNDES vem aprofundando suas políticas e instrumentos para inovação, tendo microeletrônica, *software* e desenvolvimento de tecnologia nacional condições diferenciadas de apoio. A promoção de uma política de inovação afirmativa na Amazônia terá à disposição o apoio do Banco com recursos reembolsáveis (crédito), não reembolsáveis (Funtec) e participação acionária para os mais diferentes estágios de matu-

⁵ Há muitas outras iniciativas para o desenvolvimento tecnológico do PIM e da ZFM. As principais são: (i) abertura do escritório do instituto alemão Fraunhofer IZM, a terceira unidade fora da Alemanha; (ii) acordo para formação de recursos humanos na área de micro e nanotecnologia e desenvolvimento de Micro-Electro-Mechanical Systems (MEMS), com o Le Pôle Minattec – Laboratoire d'Electronique de Technologie de l'Information (Leti-Minattec), da França; (iii) Centro de Tecnologia de Eletrônica e da Informação (Ceteli), uma parceria com a Samsung com o propósito de fomentar a produção de *softwares* para a televisão digital; e (iv) parceria com o Interuniversity Microelectronics Center (IMEC), na Bélgica, para assuntos sobre microtecnologia eletrônica. Para mais detalhes, ver: <http://www.suframa.gov.br/zfm_desenvolvimento_regional.cfm>. Acesso em: 8 mai. 2013.

ridade empresarial. Em adição, o programa Inova Empresa consolida esforços entre diferentes agências, ampliando ainda mais a disponibilidade de recursos.

Por fim, a consolidação e o fortalecimento da indústria eletrônica e de todos os segmentos de TIC no Brasil passam inexoravelmente por um diálogo e um planejamento estruturado e conjunto entre o PIM e o governo federal (ZFM). Outras regiões do mundo mostram casos que comprovam que o desenvolvimento tardio é possível e que a convivência com outras regiões produtoras de TICs não impede o desenvolvimento em uma nova região.

Alinhamento entre o PAC Cidades Históricas e a estratégia de atuação em perímetros: o caso da cidade de Belterra

Desde 1997, o BNDES patrocina, no âmbito da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), projetos de restauração do patrimônio histórico e arquitetônico, com o apoio técnico do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O apoio do Banco vem sendo direcionado prioritariamente a investimentos em obras de restauro, conservação e adaptação de edificações tombadas pelo Iphan, em muitos casos, ameaçadas por causa de seu precário estado de conservação.

Em 2006, com a criação do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo, o BNDES passou a compreender o setor cultural pela ótica de estruturação das cadeias produtivas e com enfoque no desenvolvimento setorial, e não mais somente sob o viés do patrocínio e do fortalecimento da marca BNDES.

A partir daí e com a criação do Fundo Cultural, tornou-se possível ampliar a abrangência e o conteúdo dos projetos de apoio ao patrimônio cultural brasileiro, o que engendrou mudanças para tornar a presença e o apoio do BNDES mais significativos, amplos e efetivos.

Em resumo, essa nova abordagem permitiu ao BNDES ampliar o foco de sua atuação, ultrapassando a mera preservação do pa-

patrimônio histórico *stricto sensu* para o estímulo ao desenvolvimento econômico e social induzido pelas ações de preservação do patrimônio cultural. Tal enfoque, em linha com as recomendações mais atuais da UNESCO e a base conceitual do PAC Cidades Históricas, orientou a reformulação do regulamento do BNDES para apoio ao setor, criando o conceito de perímetro integrado.

O PAC Cidades Históricas foi lançado em 2009, com o objetivo de firmar bases para uma ação perene de revitalização do conjunto das cidades históricas no Brasil.

A primeira etapa (2009-2012) consistiu na formulação de planos de ação, por meio de uma interação entre os governos municipais, Iphan e sociedade civil. Os planos elencaram uma gama de ações, a serem realizadas de forma integrada, para possibilitar enfrentamento dos problemas estruturais que afetam as áreas históricas, promovendo o desenvolvimento local por intermédio das potencialidades do patrimônio cultural. Foram estruturados planos de ação para cada um dos cerca de duzentos municípios históricos brasileiros.

Em uma segunda etapa, iniciada em 2013, foram eleitas 44 cidades com expressiva presença de edificações históricas, que receberão recursos de cerca de R\$ 1 bilhão do Orçamento Geral da União (OGU) para elaboração de projetos e realização de obras prioritárias indicadas pelas prefeituras, corroboradas pelo Iphan e selecionadas pelas instâncias de gestão do PAC.

O PAC Cidades Históricas pretende posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, com o objetivo de contribuir para o ordenamento e o planejamento do crescimento urbano. De fato, a herança cultural, arquitetônica e urbana que permeia os cenários das cidades brasileiras pode ser, atualmente, um dos grandes estímulos para seu crescimento econômico local, com o aumento do turismo cultural e o desenvolvimento de atividades econômicas rentáveis, geradoras de emprego e renda, que contribuam para a preservação perene desse patrimônio. Por

isso, percebem-se o alinhamento entre as ações do PAC Cidades Históricas e a nova forma de operar do BNDES.

A localização dos monumentos e edificações que compõem o patrimônio histórico e cultural do Brasil seguiu a mesma lógica geográfica do avanço do desenvolvimento do país no decurso de sua própria história. Por isso, vê-se grande concentração desses monumentos ao longo do litoral brasileiro e em Minas Gerais. De tal sorte, as edificações coloniais, barrocas e neoclássicas ali existentes formaram a identidade à qual normalmente se remete quando se pensa em patrimônio histórico brasileiro.

Nos últimos anos, o Iphan tem envidado esforços para realçar a importância histórica e cultural de manifestações que ocorreram fora desse eixo. Nesse contexto, a Região Norte figura como centro de referência do ciclo da borracha. E, recentemente, a Vila Americana de Belterra foi incluída no plano de ação do PAC Cidades Históricas, como prova da importância histórica e cultural daquela manifestação arquitetônica.

Belterra, e também Fordlândia, é uma das cidades surgidas durante o ciclo da borracha pela iniciativa do empresário norte-americano Henry Ford de produzir borracha a partir de seringais plantados no Brasil. Está situada no oeste do estado do Pará, junto ao Rio Tapajós, a cerca de 60 km ao sul da cidade de Santarém.

Fundada em 1934,⁶ depois de uma inundação do Rio Tapajós e do abandono do projeto Fordlândia, a cidade-empresa de Belterra era o centro administrativo de um ambicioso projeto de 281 mil ha. Vivenciou seu apogeu econômico entre os anos de 1938 e 1940, quando se tornou a maior produtora de borracha natural do mundo. Era conhecida como “a cidade americana no coração da Amazônia”, uma espécie de cidade-modelo, segundo a concepção do próprio Henry Ford, com hospitais, escolas, casas no estilo do

⁶ O Distrito de Belterra foi criado pela Lei Estadual 62, de 31 de dezembro de 1947, desmembrado do distrito de Alter do Chão, subordinado ao município de Santarém. Posteriormente, foi elevado à categoria de município, com a denominação de Belterra, pela Lei Estadual 5.928, de 29 de dezembro de 1995, desmembrado de Santarém.

meio-oeste americano, campo de golfe, luz elétrica, ruas e calçadas pavimentadas, os hidrantes vermelhos com a inscrição “Michigan”, mercearias e porto, abrigando a totalidade dos empregados do projeto e suas famílias. Em 1941, a Company of Brazil, como era conhecida no grupo Ford, contava com 2.723 empregados.

As razões para o fracasso do projeto foram várias, incluindo a grande incidência de doenças no seringal, a concorrência da borracha natural das novas plantações na Malásia e a descoberta da borracha sintética. Depois de sucessivos prejuízos, a Companhia Ford abandonou o projeto Belterra em 1946 e doou as terras ao governo brasileiro.

A saída dos funcionários norte-americanos de alta e média gerência significou o abandono da chamada Vila Americana, um dos bairros em que a cidade se dividia. Os bairros operários, residência dos funcionários brasileiros, continuaram a ser ocupados pelos antigos moradores. Entretanto, o fim do projeto e o esvaziamento econômico da cidade acarretaram a saída de boa parte da população original, o que também contribuiu para a relativa preservação arquitetônica desses bairros.

Belterra tem hoje população de 16.318 habitantes e PIB *per capita* de R\$ 5.394,37.

O Instituto Butantan vem realizando, sistematicamente, pesquisas sobre animais peçonhentos na região de Belterra desde 2005. Nesse mesmo ano, o instituto firmou um termo de parceria com a Ama Brasil – instituição com a qual já havia trabalhado em um projeto cultural na sede do instituto, em São Paulo – para promover um levantamento de espécies na região, que se provou rica em biodiversidade natural e paisagística, contendo uma grande diversidade de ecossistemas. Tal fato corroborou o interesse do Instituto Butantan em estabelecer melhor infraestrutura para realização de pesquisas e difusão do conhecimento na região.

Assim, depois de uma análise entre os parceiros e consultores técnicos, foi estabelecido que Belterra seria o local ideal para implan-

tação de um programa de desenvolvimento socioeconômico: uma conjugação de esforços entre a Ama Brasil, Butantan, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado, Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), entre outros parceiros, para criar um programa que levasse ciência, educação e desenvolvimento econômico sustentável com base no potencial natural para exploração turística, cultural e científica. Para tal, seria necessário criar um planejamento para acolher pesquisadores, técnicos, visitantes e turistas.

Diante desse desafio, a Ama Brasil solicitou e recebeu do governo federal (pela Superintendência de Patrimônio da União) a doação de uma área urbana em Belterra de 64 ha, para trabalhar o conceito de Parque Temático de Ciências.⁷ Faltavam, então, os equipamentos imobiliários para efetivar a instalação física do projeto, o qual caracterizaria uma nova era de revitalização local, infraestrutura básica, preservação de uma memória e história única sobre a ocupação americana na Amazônia, hoje redescoberta pela ciência como ferramenta para divulgar o patrimônio biológico em uma das principais reservas florestais e da biodiversidade brasileira – a Floresta Nacional do Tapajós.

Unindo a vocação para pesquisa científica com a oportunidade de realizar um precioso movimento de restauração e revitalização do patrimônio histórico ali representado pelas casas da Vila Americana, decidiu-se utilizar as edificações históricas para abrigar as infraestruturas que se pretendiam instalar na cidade.

Ressalta-se que os imóveis inseridos no plano de revitalização de Belterra são de propriedade da prefeitura municipal e que o sítio histórico de Belterra está em processo de tombamento federal pelo Iphan como conjunto arquitetônico e histórico.

O BNDES participa proativamente do plano, apoiando as obras de restauro, ações que são parte de um projeto bem

⁷ A área foi cedida à Ama Brasil para a implantação do projeto. No entanto, depois de se observar a potencialidade dos imóveis históricos, a Ama Brasil optou por instalar os equipamentos nas edificações existentes e essa área cedida foi transformada em um bosque para visitas escolares e área de pesquisa do Instituto Butantan e outros parceiros.

maior. Como tal, o projeto vem sendo trabalhado pela Área Industrial como uma ação de perímetro. O processo de trabalho do BNDES em perímetro pressupõe uma atuação do Banco como um aglutinador de interesses e atores envolvidos em um projeto amplo, a escolha de um plano de ação que seja um recorte das diversas ações contidas no projeto amplo e a pactuação com os outros atores de execução das demais ações do projeto.

Portanto, com intuito de promover um resultado estruturante, isto é, que seus efeitos perdurem e que aumentem a renda, o emprego e o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade, percebeu-se que para realização do projeto seria necessário planejar o município para receber os pesquisadores, historiadores, visitantes, turistas e todos os demais envolvidos no projeto. Dessa forma, estão se articulando em torno desse projeto o BNDES, a Ama Brasil, a prefeitura e o governo do estado.

Ao longo do processo de análise, o projeto foi então aprimorado e agora prevê ações em diversas áreas, de forma integrada, com os objetivos de dinamizar a região, tornar a infraestrutura mais adequada para a realização e divulgação de pesquisas científicas, além de promover o desenvolvimento do turismo ecocultural do local. Estão previstas atividades nos seguintes setores: cultura e patrimônio; educação; turismo; ciência e saúde; e TI e interatividade.

Além da atividade de restauração, serão implantados o Museu de Ciências e subsede institucional dos parceiros, como o Instituto Butantan – uma ação da Ama Brasil para levar conteúdo e conhecimento científico, agora adaptado a uma linguagem irrestrita, ou seja, de acesso a todos, tornando-se uma importante oferta de entretenimento, cultura e turismo para o Oeste do Pará e uma referência da Amazônia para o mundo. O programa passa a ser um objeto de cultura e aprendizagem com foco em estudantes e turistas nacionais e estrangeiros. Uma importante ferramenta de iniciação científica, que, aliada ao entretenimen-

to, levará conteúdos para despertar jovens e estudantes às oportunidades das economias verde, da ciência e do conhecimento.

A Floresta Nacional do Tapajós e, mais amplamente, toda a região guardam uma diversidade cultural que vai desde o conhecimento tradicional das comunidades caboclas ribeirinhas até comunidades indígenas com tradições e costumes únicos dessa região. O programa Ama Brasil Muiraquitã Amazônia, por intermédio de seus parceiros e sua infraestrutura prevista, vai pesquisar, documentar, registrar e produzir cultura e entretenimento, utilizando diversas linguagens (redes sociais, impressos, filmes etc.) para conservar esse conteúdo/patrimônio imaterial que vem se perdendo na sucessão de gerações. É um instrumento cravado no coração da Amazônia para fomentar as potencialidades econômicas de que a floresta dispõe, por meio da inovação e biotecnologia, podendo significar um novo paradigma para o desenvolvimento socioeconômico na região.

Com a união do bosque a um complexo científico-cultural que vai abrigar coleções, produzir, adquirir e adaptar conteúdos para diversas mídias e linguagens e apresentá-los em suas salas de projeção e espaços de exibição, será criada uma espécie de parque temático de ciências acrescido de valores sociais. Aliado a essa iniciativa, já foi implantado um programa de apoio à educação formal por meio do faceduc.com – uma rede social de educação customizada para a Amazônia e desenvolvida pela Ama Brasil com a participação de seus parceiros estratégicos (Universidade de Stanford, Ufopa, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pará, Secretaria de Estado de Educação do Pará, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Belterra e Fundação Telefônica). Tal programa disponibiliza, via celular, conteúdo educacional para alunos das escolas públicas do município. Seu objetivo é aumentar a capacidade de leitura, escrita, cálculo, análise e raciocínio dos alunos, além de familiarizá-los com a linguagem e o uso de tecnologia digital. O programa compreende o desenvol-

vimento de conteúdos de matemática, língua portuguesa e ciências, avaliação dos alunos e professores envolvidos e organização de um acervo digital. Pretende-se que esse projeto seja um piloto no setor e prevê-se uma futura ampliação de seu uso para as demais escolas do estado do Pará. Complementando as atividades ofertadas virtualmente aos alunos, o programa prevê atividades presenciais para os alunos tanto no Museu de Ciências (aulas laboratoriais e atividades educativas) quanto no bosque (visitas guiadas para conhecimento das espécies da região).

CONCLUSÃO

Embora o percentual de desembolsos da Área Industrial para a Região Norte, excluindo telecomunicações, tenha crescido de 0,03%, em 2007, para 0,97%, em 2012, ainda há espaço para incremento na atuação. Além de buscar aumentar os números, uma visão estratégica para a região é a chave para que os resultados quantitativos sejam qualitativamente relevantes.

Para isso, a reflexão deve contemplar o desafio de buscar o desenvolvimento econômico e social pelo fomento de potencialidades, devendo ser a ação do BNDES sempre alinhada com o conjunto de políticas públicas nas esferas macro, meso e micro. A complexidade desse desafio passa pela superação de desigualdades que ocorrem não apenas entre regiões, mas que têm também caráter intrarregional.

A Tabela 4 mostra que o desembolso acumulado entre 2007 e 2012 concentrou-se nos estados do Amazonas (53,2%) e do Pará (25,2%). Portanto, pensar políticas em favor do desenvolvimento da Região Norte não pode prescindir do debate em favor da pulverização de esforços no conjunto de estados.

Nesse contexto, considera-se que a articulação em torno de vocações, conforme apontado nos casos da aquicultura, do setor de comércio e serviços e de bens de consumo, o desenvolvimento de perímetros integrados (como no caso de Belterra) e o

estímulo à inovação em torno das atividades industriais da ZFM constituem-se contribuições relevantes, ao alcance das equipes técnicas da Área Industrial e em acordo com as prioridades do mapa estratégico corporativo do BNDES.

TABELA 4 Desembolsos da Área Industrial por estados e por setores (em R\$ mil), excluindo telecomunicações – 2007-2012

	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
Agroindústria	-	-	-	302	-	-	9.794
Bens de consumo	-	37.331	-	17.134	-	-	0
Comércio e serviços	15.057	96.806	13.399	56.739	11.349	-	21.762
Demais TIC	1	30.491	2	11	10	1	5
Economia da cultura	251	10.911	-	8.884	-	-	-
Total (sem telecomunicações)	15.309	175.539	13.401	83.070	11.358	1	31.561
Percentual	4,6	53,2	4,1	25,2	3,4	0,0	9,6

Fonte: BNDES.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. *Estudo da competitividade da indústria brasileira. Competitividade da indústria de bens eletrônicos de consumo*. Campinas: IE/UNICAMP-IEI/UFRJ-FDC/Funcex, 1993. Disponível em: <<http://www.econ.unicamp.br/ieit/images/stories/arquivos/EstudosDAcompetitividade/2253.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2013.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *PIB do Agronegócio – Dados de 1994 a 2011*. Cepea, 2012. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em: 11 dez. 2013.

MPA – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2010*. Brasília, fev. 2012. Disponível em: <http://sinpesq.mpa.gov.br/preps/cms/download/boletim_2010/boletim_estatistico_mpa_2010.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

Sítios consultados

ALICEWEB – <aliceweb2.mdic.gov.br>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – <www.ibge.gov.br>.

IPEADATA – INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA – <www.ipeadata.com.br>.

MPA – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – <www.mpa.gov.br>.